

Relatório de Administração - Exercício de 2025

Prezados Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da X55 Administradora de Consórcios S.A. ("CAIXA Consórcio" ou "Companhia"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia iniciou a comercialização de consórcios na rede de distribuição da CAIXA Econômica Federal ("Balcão CAIXA") em 23 de agosto de 2021, conforme Acordo de Distribuição firmado em 30 de março de 2021, celebrado entre a Companhia, a CAIXA Seguridade Participações S.A. e a CAIXA Econômica Federal, tendo como intervenientes anuentes a CNP Assurances Participações Ltda. e a CNP Assurances S.A.

Desempenho Operacional
No Exercício de 2025, a Companhia registrou desempenho expressivo, atingindo 153 novos grupos, sendo 58 de Imóveis, 77 de Veículos Leves e 18 de Veículos Pesados, alcançando **R\$ 23,2 bilhões** em vendas locais.
Esse volume de crédito possibilitou à Companhia atingir, em dezembro de 2025, um faturamento de **R\$ 1,1 Bilhões**, um marco histórico da CAIXA Consórcio, superando em 3,6% a meta prevista e representando crescimento de **26%** em relação ao exercício de 2024 (R\$ 873,6 milhões).
O resultado foi impulsionado por campanhas promocionais de grande alcance, como "Aniversário CAIXA", "Mês do Cliente", "Aniversário CAIXA Seguridade", "Mega Desconto Econômico", "Blue Friday" e a nova edição do "Consórcio Sortudo", que premiou clientes e vendedores durante os períodos promocionais. Destaque ainda para a realização de 16 Ações de "Super Sexta" e participação em 16 feiras Agro.

No período a CAIXA Consórcio promoveu a distribuição de 54.101 brindes a empregados e Parceiros CAIXA engajados na venda de consórcios. A iniciativa reforça a relevância das ações de reconhecimento como estratégia de estímulo e motivação, fortalecendo o engajamento dos vendedores recorrentes e incentivando a adesão de novos, ampliando de forma consistente a capacidade comercial da Companhia.
A CAIXA Consórcio reforçou ainda sua presença digital com a publicação de 24 conteúdos em seu Blog, que alcançaram aproximadamente 81 mil visualizações, evidenciando a relevância do canal junto aos clientes. No Instagram, foram realizadas mais de 250 postagens institucionais e comerciais, ampliando a visibilidade da marca no segmento de Consórcio. As campanhas de performance em Google e Meta impactaram cerca de 8 milhões de usuários e responderam por aproximadamente 20% das vendas realizadas no canal de autocompra.

Inovação em Produtos e Portfólio
Diante da forte demanda, em março a Companhia retomou a modalidade "Parcela Reduzida" no Produto Imobiliário, que permite ao cliente parcelar menores nos primeiros 80 meses ou até a contemplação. A iniciativa elevou a participação desse produto no portfólio de 70,2% para 72,7% das vendas, acumulando R\$ 10,8 bilhões em volume comercializado (36.106 cotas) desde o lançamento em outubro de 2024, alinhado à meta estratégica de liderança no segmento imobiliário.
Em agosto a Companhia implantou a modalidade "Parcela Reduzida" no Produto Veículos Leves que permite ao cliente parcelar menores nos primeiros 30 meses ou até a contemplação com vendas acumuladas de 601 milhões até o fim do exercício.

Em outubro implementamos o Mercado Secundário. A CAIXA Consórcio agora oferece uma solução inteligente de venda de cotas para clientes com cotas canceladas e inadimplentes, através de uma plataforma especializada.

Experiência do Cliente e Excelência Operacional
Em alinhamento aos pilares estratégicos, foi instituída a Comissão de Clientes, grupo multidisciplinar com representantes de diversas áreas da Companhia. A iniciativa reforça a centralidade do cliente na estratégia da CAIXA Consórcio e tem como foco discutir a jornada, promover ações de Customer Experience (CX) e propor melhorias estruturais nos processos, assegurando uma experiência mais fluida, consistente e de maior valor em todo o relacionamento do cliente com a Companhia. Também, em razão da relevância do tema na estratégia comercial, foi criada a Comissão do Indicador, responsável por mapear as principais dores nos processos de vendas e pós-venda e endereçar-las às áreas competentes, garantindo agilidade e efetividade na solução.

A CAIXA Consórcio ampliou seus canais de relacionamento através da implantação do WhatsApp Business, consolidando uma frente de comunicação mais próxima, ágil e personalizada com o cliente. A iniciativa fortalece a estratégia de colocar o cliente no centro, assegurando contato pelo canal de maior aderência e preferência, além de concorrer em igualdade com soluções já oferecidas por players do mercado. Como marco inicial do canal, foi estruturada a comunicação de contemplação, ápice da jornada do cliente com a Companhia, que passou a incluir, de forma estratégica, informações sobre a análise de crédito, reforçando transparência e conveniência na experiência do cliente com a CAIXA Consórcio.

Outro marco relevante foi o início do piloto do Portal de Consórcio, desenvolvido para fortalecer a experiência do vendedor, eixo estratégico para a expansão dos negócios da Companhia. A solução possibilita aos empregados CAIXA e Parceiros maior gestão no pós-venda, com informações detalhadas e em tempo real das cotas de consórcio vendidas. Com interface intuitiva e foco em agilidade, o portal simplifica a rotina, amplia a eficiência e torna a jornada do vendedor muito mais fluida. Desde o dia 26 de agosto, a ferramenta foi disponibilizada para toda a Rede CAIXA e Parceiros.

Vivemos ainda conquistas que marcaram nossa jornada de Tecnologia. Começamos com a implantação da ferramenta antifraude para veículos Okm, garantindo mais segurança e confiança nas transações. Seguimos com o lançamento do Chatbot de TI, que trouxe autonomia e velocidade ao suporte, retendo 85% das interações e liberando nossas equipes para atividades mais estratégicas. Avançamos ainda na experiência do cliente com o Speech Analytics, que nos permitiu compreender emoções, antecipar demandas e entregar soluções mais assertivas, reconhecimento que nos levou ao prêmio ouro no Smart Customer 2025. Um semestre de grandes feitos que reforça que estamos seguindo para uma transformação ainda maior.

Em julho a Companhia implantou a Nova Ilha de Atendimento "Conquistar". A nova célula tem a missão de acolher o consorciado em um dos momentos mais significativos da sua jornada: a utilização da carta de crédito. Com uma abordagem renovada e um time de 2º nível altamente qualificado e focado no encantamento. O atendimento atuará de forma empática e eficiente para esclarecer dúvidas, acompanhar todas as etapas do processo e assegurar um retorno ágil e adequado, sempre priorizando a excelência e a satisfação do cliente.

Em agosto realizamos o 1º Hackathon CAIXA Consórcio. Durante a semana, times de diferentes áreas se reuniram para resolver desafios reais da Companhia, colocando em prática criatividade, agilidade e intensas trocas de ideias. As equipes contaram com a mentoria de gestores e trabalharam em cases estratégicos, como: Prevenção Antifraude e Antivazamento de Dados, Assembleia na Mão do Cliente, Monitoramento de Limite de Crédito, Score Reputacional Interno, Redução de Cancelamentos e Processo de FGTS. Além da valiosa experiência e aprendizado, os vencedores foram premiados: o 1º colocado recebeu um curso custeado pela empresa, no valor de até R\$ 5.000, e o 2º colocado, um curso no valor de até R\$ 2.000, ambos como forma de incentivo ao desenvolvimento profissional. Mais do que uma competição, este encontro reforçou que a força da inovação nasce da colaboração.

Em outubro foi lançada a nova Landing Page de Educação Financeira no site da CAIXA Consórcio, com o objetivo de orientar os clientes na gestão de suas finanças. O conteúdo incentiva o planejamento, o consumo consciente e o uso do consórcio como ferramenta de investimento e proteção do poder de compra. Assim, promovendo decisões mais seguras e o alcance de objetivos financeiros de forma sustentável.

Ainda em outubro aconteceu a viagem para a África do Sul, com Empregados da Rede CAIXA que superaram as metas propostas pela campanha e reconhecidos com essa experiência. Em novembro realizamos o evento Capacita Experiência que reconheceu aos indicadores (vendedores) destaques do 1º semestre de 2025, alinhado ao projeto de aprendizagem CAPACITA CAIXA Consórcio, contando com a participação de 100 vendedores, e com os palestrantes Joelsonh Santos, Thiago Concer e Dill Casella.

A CAIXA Consórcio participou do COP30, evento global que reúne líderes e especialistas para debater estratégias contra as mudanças climáticas. A Companhia participou de videocast sobre o estudo: "Consórcio como instrumento de Transformação" e contribuiu para um painel dedicado à discussão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, nos segmentos de seguros, capitalização, consórcio e assistências.

Cultura Corporativa
Pelo terceiro ano consecutivo a Companhia conquistou o selo Great Place to Work (GPTW), alcançando a 8ª posição no ranking das melhores empresas para trabalhar do setor de serviços financeiros médio porte.

No exercício renovamos a certificação pelo Great People Mental Health. Este reconhecimento reforça o cuidado com a saúde emocional e o bem-estar para com os nossos colaboradores. A CAIXA Consórcio também marcou presença no CONAC - Congresso Nacional das Administradoras de Consórcios, promovido pela ABAC, reforçando relacionamentos estratégicos com parceiros e fomentando a evolução tecnológica e operacional do setor.

Em dezembro realizamos o Visão, evento de Alinhamento Estratégico, presencial em São Paulo, para todos os colaboradores e Diretoria, com o objetivo de realizar uma Retrospectiva das entregas do ano de 2025, celebrar as conquistas e falar sobre expectativas e desafios para o ano de 2026.

Recursos Humanos Equidade
Nos termos da Lei nº 15.177/2025, a Companhia informa a quantidade e a proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da Companhia, a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração e o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, bem como a evolução comparativa dos indicadores:

1 - Contratações Mulheres:

Posição	2024	2025	Evolução
Diretor	-	-	-
Superintendente	-	2	2
Gerente	-	1	1
Gerente Com	-	-	-
Coordenador	-	2	2
Especialista	2	4	2
Analista	27	31	4
Total	29	40	11

2 - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na Administração (Diretoria Executiva):

Posição	2024	2025	Evolução Comparativa
Mulheres na Administração	1	1	0%
% Sobre Administração	0,25	0,25	0%
% Sobre Total de mulheres	1,2%	0,9%	-25%
% Sobre Total de Empregados	0,6%	0,5%	-19%

3 e 4 - Remuneração fixa, variável, e eventual, segregada por sexo, relativa a funções e similares:

Posição	Evolução Comparativa Remuneração - Feminino							
	2024		2025		Evolução Comparativa			
	Fixo	Variável	Fixo	Variável	\$	%	\$	%
Diretor	666.500	366.818	707.356	599.880	40.856	6,1%	233.062	63,5%
Superintendente	407.085	162.028	445.084	210.597	37.999	9,3%	48.569	30,0%
Gerente	272.492	101.115	258.169	111.204	(14.323)	-5,3%	10.089	10,0%
Coordenador	190.037	39.905	202.649	53.899	12.612	6,6%	13.994	35,1%
Especialista	172.055	32.931	177.215	41.911	5.160	3,0%	8.980	27,3%
Analista	93.047	18.027	97.088	20.752	4.042	4,3%	2.725	15,1%

Posição	Evolução Comparativa Remuneração - Masculino							
	2024		2025		Evolução Comparativa			
	Fixo	Variável	Fixo	Variável	\$	%	\$	%
Diretor	710.933	273.959	754.514	634.872	43.580	6,1%	360.913	131,7%
Superintendente	495.225	215.847	519.225	221.527	24.000	4,8%	5.680	2,6%
Gerente	288.720	125.192	289.036	92.841	316	0,1%	(32.351)	-25,8%
Coordenador	202.464	43.263	203.448	53.799	984	0,5%	10.536	24,4%
Especialista	184.045	42.314	196.234	45.913	12.188	6,6%	3.599	8,5%
Analista	89.527	17.401	96.016	19.095	6.489	7,2%	1.693	9,7%

Ações Sociais e Sustentabilidade

- Durante o semestre, a Companhia apoiou diversas iniciativas de caráter social e comunitário, como:
 - Janeiro Branco - campanha de valorização do bem-estar mental.
 - Dia da Mulher - roda de conversa em parceria com a CNP e participação no Fórum Mulher Seguridade.
 - Dia Delas - CAIXA Seguridade - valorização da mulher.
 - Voluntariado de Páscoa - ação social junto à ONG Projeto Casulo.
 - Semana ENEF - promoção da educação financeira.
 - Corrida GRAACC - apoio a crianças com câncer.
 - Campanha do Agasalho - arrecadação de roupas e acessórios.
 - Campanha de Doação de Sangue - mobilização interna.

Em junho, a Companhia completou um ano de parceria com plataforma de tradução automática para Libras, ampliando a acessibilidade nos canais de atendimento ao cliente e aliada à nossa Estratégia de Acessibilidade e Inclusão, iniciamos a Capacitação em Libras para os colaboradores da CAIXA Consórcio.

Ainda em junho, foi publicado o Relatório de Sustentabilidade 2024, elaborado em parceria com a Great People, consolidando avanços em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), além do mapeamento das emissões de gases de efeito estufa, em linha com o protocolo GHG. Outro marco foi a adesão ao Pacto Global da ONU, reafirmando o compromisso com os princípios universais de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em novembro lançamos o Programa de voluntariado TransformAÇÃO. O Programa nasceu para fortalecer o alcance das nossas ações de ASG em 3 pilares: Voluntariado, DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) e Incentivo Fiscal. O Programa TransformAÇÃO Consórcio acompanha a nossa trajetória e nos inspira a construir, juntos, um futuro com mais propósito, diversidade e impacto positivo.

Resultados Financeiros e Dividendos
Como resultado de todos os esforços empreendidos, a Companhia registrou Lucro Líquido de **R\$ 347,5 milhões**, crescimento de **52,79%** em relação ao exercício 2024 (R\$ 227,4 milhões). Em 15 de julho de 2025, foi realizada a antecipação da Distribuição de Dividendos referente a 100% do Lucro Líquido Ajustado do 1º trimestre de 2025 no valor de R\$ 68,01 milhões, em 13 de outubro de 2025 referente à 75% do Lucro Líquido Ajustado do 2º trimestre de 2025 no valor de R\$ 68,92 milhões e em 02 de janeiro de 2026 referente a 75% do Lucro Líquido Ajustado do 3º trimestre no montante aproximado de R\$ 69,22 milhões.

Para o exercício, a Administração propôs o pagamento total de R\$ 264,6 milhões ou 80,15% do Lucro Líquido Ajustado do Exercício. Descontados os Dividendos Antecipados o valor líquido a ser distribuído até 10 de abril de 2026 alcança o valor de R\$ 58,41 milhões.

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A divulgação dos honorários de auditoria é realizada anualmente pelo acionista CNP Assurances S.A., na França. A Administração reafirma que a Companhia possui solidez financeira e condições adequadas para continuidade operacional, não havendo incertezas relevantes que comprometam a aplicação do princípio da continuidade.

Agradecimentos
A CAIXA Consórcio agradece a confiança dos Acionistas e Conselheiros, o apoio do Banco Central do Brasil (BCB) na regulação do setor, a dedicação dos colaboradores e o empenho da Rede CAIXA. Um agradecimento especial é dirigido aos nossos clientes, razão maior de nosso trabalho.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026
A Administração

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		446.982	363.103	Passivo circulante	261.000	199.304
Disponibilidade		1.395	2.007	Outras obrigações	10	199.304
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	332.579	276.824	Sociais e estatutárias	10,1	119.609
Títulos e valores mobiliários		332.579	276.824	Fiscais e previdenciárias	10,2	20.698
Outros créditos	6	34.992	34.830	Diversas	10,3 e 10,4	120.693
Rendas a receber	6,1	22.540	19.213	Passivo não circulante	552.400	300.394
Ativos fiscais correntes e diferidos	6,2	6.846	10.359	Outras obrigações	552.400	300.394
Diversos	6,2	6.002	5.881	Fiscais e previdenciárias	10,2	125.192
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6,1	(396)	(623)	Diversas	10,3 e 10,4	427.208
Outros valores e bens	7	78.016	49.442	Patrimônio líquido	11	666.872
Despesas antecipadas		78.016	49.442	Capital		186.867
Ativo realizável a longo prazo		801.126	483.072	De domiciliados no país	11,1	186.867
Outros créditos		801.126	483.072	Reservas de capital	11,2	250.000
Ativos fiscais correntes e diferidos	6,2	70.112	34.326	Reservas de lucros	11,2	230.005
Outros valores e bens	7	731.014	448.746			
Despesas antecipadas		731.014	448.746			
Permanente		232.164	220.504			
Imobilizado de uso		9.835	7.826			
Outras imobilizações de uso		13.434	9.552			
Depreciação acumulada		(3.599)	(1.726)			
Ativo de arrendamento	8	10.243	-			
Bens arrendados		12.562	-			
Depreciação acumulada		(2.319)	-			
Intangível	9	212.086	212.678			
Ativos intangíveis		274.571	251.296			
Amortização acumulada		(62.485)	(48.620)			
TOTAL DO ATIVO		1.480.272	1.066.679	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.480.272	1.066.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Reserva					Lucro/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital	Legal	Retenção de lucros	Dividendos propostos		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	186.867	250.000	6.935	57.829	-	-	501.631
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	227.303	227.303
Reserva legal - (Nota 10,2)	-	-	11.365	-	-	(11.365)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Intercalares 1º semestre/2024)	-	-	-	-	74.313	(74.313)	-
Dividendos propostos (R\$ 46.267,75 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(74.313)	(74.313)	(161.954)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	53.985	-	(53.985)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	186.867	250.000	18.300	111.814	-	-	566.981
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	347.449	347.449
Reserva legal	-	-	17.372	-	-	(17.372)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(136.930)	(136.930)
Dividendos mínimos obrigatórios (75% do Lucro líquido)	-	-	-	-	-	(110.628)	(110.628)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	82.519	-	(82.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	186.867	250.000	35.672	194.333	-	-	666.872
Saldos em 30 de junho de 2025	186.867	250.000	18.300	111.814	-	-	168.318
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	179.131	179.131
Reserva legal	-	-	17.372	-	-	(17.372)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(136.930)	(136.930)
Dividendos mínimos obrigatórios (75% do Lucro líquido)	-	-	-	-	-	(110.628)	(110.628)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	82.519	-	(82.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	186.867	250.000	35.672	194.333	-	-	666.872

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2025			31/12/2025			31/12/2024		
	de 2025	31/12/2025	31/12/2024	de 2025	31/12/2025	31/12/2024	de 2025	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades no início do período	2.039.867	1.454.873	694.405	(-) Recursos utilizados	3.176.033	5.813.504	3.426.949		
Depósitos bancários	768	236	4.019	Aquisição de bens	2				

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

← continuação

3.4. Instrumentos financeiros

I) Ativos financeiros

Os registros e as avaliações dos instrumentos financeiros estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, em vigor desde 01 de Janeiro de 2025, alinhados à IFRS 9.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros em três categorias:

- (i) Mensurados ao custo amortizado (CA);
- (ii) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Modelo de negócio: Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

Teste SPPJ: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se são originados a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao custo de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e riscos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como, por exemplo, os derivativos, caso tivessemos.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA - são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que, no reconhecimento inicial, são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

Conforme BCB 352/23 no parágrafo 1º do artigo 1º, a mensuração das aplicações financeiras dos grupos de consórcios deve ser no modelo de negócio mensuradas pelo valor justo.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos, em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado. Veja Nota 6.1 para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Companhia pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo.

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada, é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e seu reconhecimento ocorre na demonstração do resultado.

II) Perdas de crédito esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Companhia apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para Instituições que fazem parte de Conglomerado Prudencial.

As perdas esperadas de crédito são mensuradas exclusivamente para os ativos financeiros classificados ao custo amortizado. A Companhia aplica o modelo de perda esperada previsto na IFRS 9, utilizando informações prospectivas e históricas relevantes, considerando risco de crédito, inadimplência observada e projeções macroeconômicas.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros.

A Companhia constitui provisão para a taxa de administração dos grupos recolhida de clientes contemplados e classificados, que observou o regime de caixa de reconhecimento de receitas (parcelas abertas e prorrogadas).

A provisão para perdas esperadas é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial. Serão realocados entre os estágios à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito resultantes de possíveis eventos de *default* em 12 meses, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela Companhia, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela Companhia, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela Companhia, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (90 ou mais dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados. Além disso, considera-se contratos em que há sobre necessidade de aporte por parte da seguradora, bem como cotas em cenário de *write-off*.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (stop-accrual), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disso, para ativos que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23 dentro das características do produto.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada mês para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da Companhia; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Auração

A Companhia avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da Companhia.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

• **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previstas de alterações nas condições econômicas e de mercado.

• **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, a Companhia observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

3.5. Perdas Esperadas de Instrumentos financeiros

A resolução BCB nº 352/23 exige uma abordagem prospectiva, ou seja, a estimativa de perdas futuras ao longo da vida dos ativos financeiros, e não só perdas que já ocorreram. Isso se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Conforme descrevem na nota explicativa nº 5, a Companhia adota a abordagem para os instrumentos financeiros, que são as cotas de fundo de investimento, a mensuração pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

3.6. Perdas Esperadas de outros créditos

Conforme definido pelo inciso III do artigo nº 50 da Resolução BCB nº 352/23, somente Administradoras de consórcios que não sejam integrantes de conglomerado prudencial e não segmentadas pelo BACEN devem aplicar o modelo simplificado. Como a Companhia faz parte do conglomerado CAIXA, esta adotou a metodologia completa.

Para as taxas de administração, ora reconhecidas pelo regime de competência, a Companhia efetua o registro de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito a partir do componente PD (*Probability of Default*). Os cálculos são realizados considerando o modelo completo definido na norma, considerando-se seu status e status de contemplação.

A Companhia não identifica efeitos significativos na adoção da norma em termos de relevância material. A provisão apresentada em dezembro/2024 utilizando a metodologia antiga era de R\$623 passando a ser R\$396 em dezembro/2025.

3.7. Operações de Arrendamento

A Resolução BCB nº 178/22 entrou em vigor em 01.01.2025. A resolução estabeleceu os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN na condição de arrendatárias, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, utilizando o único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Companhia, na condição de arrendatária, avalia, no início de cada contrato, se este transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, em troca de contraprestação, caracterizando um contrato de arrendamento.

Todos os contratos de arrendamento são reconhecidos e mensurados de forma única, exceto aqueles classificados como arrendamentos de curto prazo, com prazo de até 12 meses, e arrendamentos de baixo valor, para os quais os pagamentos são reconhecidos diretamente no resultado pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

No início do arrendamento, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato, e um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo e, subsequentemente, ajustado pela depreciação acumulada e por eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente ajustado para refletir a apropriação de encargos financeiros, reavaliações ou modificações contratuais, bem como reduzido pelos pagamentos efetuados. Os encargos financeiros incorridos são reconhecidos como despesa financeira no resultado do período, de forma sistemática, ao longo do prazo dos contratos.

3.8. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e decrescido pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se substancialmente ao valor pago pela aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da CAIXA Econômica Federal.

A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo do contrato de direito de uso, de 20 anos, a partir de 30/03/2021, e não houve alterações e ou aditivos que alterassem as condições do contrato.

3.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, substancialmente compostos por intangível com vida útil definida, estão sujeitos à amortização e devem ser avaliados conforme as normas contábeis.

De acordo com as normas contábeis vigentes atualmente no Brasil, em específico a Lei 6.404/76 e o CPC 01, a Companhia deve avaliar o fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com o referido CPC, o teste de *impairment* é requerido somente se houver indicativos de *impairment*. Para tanto, a Cia deve avaliar se há indicativo de que o ativo intangível de direito de uso do balcão CAIXA possa ter sofrido desvalorização. Dessa forma consideramos os seguintes indicativos e avaliações que:

- Não foi observado indícios de que o valor do ativo desvesse ser reduzido com o passar do tempo, além da redução pela amortização contabilizada mensalmente, de maneira linear;
- Não há indícios ou evidências de mudanças significativas com efeito adverso sobre a Companhia, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- Não há obsolescência do ativo de direito de uso;
- Não há indícios ou evidências de mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Companhia, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.

3.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

3.11. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas sejam reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

A taxa de administração é reconhecida pelo regime de competência em atendimento à Resolução BCB nº 120/2021, com entrada em vigor em janeiro/2022. Dessa forma, são registradas como receita do período as parcelas mensais de cotas contempladas e de não contempladas recebidas, ou não recebidas, e os recebimentos antecipados em que tenha cessado a obrigação de desempenho do contrato. Já em relação aos recebimentos antecipados (lances ou antecipações de cotas), em que não houve a quitação do contrato, há o registro como receita antecipada e apropriação pelo prazo remanescente da obrigação de desempenho perante o consorciado.

As despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio são diferidas pelo prazo da obrigação de desempenho a partir de janeiro de 2022, com a publicação da Instrução Normativa BCB nº 187. As despesas de formalização de garantia e custo de contemplação são reconhecidas por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

3.12. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia provisionou imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas taxas de imposto atuais, em antecipação a adições e exclusões específicas que afetarão o lucro tributável em períodos fiscais futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.13. Alteração nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2024, exceto nos casos indicados no item "a" e para as normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025 conforme citado no item "m".

a) Normas e interpretações ainda não adotadas

Reforma Tributária - A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em janeiro de 2025, regulamentou a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com vigência escalonada a partir de 2026. A Companhia enquadrar-se no regime específico aplicável aos serviços financeiros e as alíquotas aplicáveis, atualmente estimadas entre 10,85% e 12,5%, serão definidas conforme as regras de transição estabelecidas na referida Lei Complementar.

Com o objetivo de se preparar para os impactos da Reforma Tributária, a Administração instituiu, em 2025, um Projeto de Reforma Tributária, estruturado de forma transversal, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação e operações, contando com o apoio de consultoria especializada.

O projeto contempla as etapas de diagnóstico dos impactos tributários, operacionais, sistêmicos e contábeis, bem como a adequação de processos, controles internos e sistemas, incluindo o suporte à implementação das novas exigências legais e regulamentares, além do atendimento às obrigações acessórias previstas, dentre elas a Declaração dos Regimes Específicos (DARE).

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se na fase inicial de estudos e diagnóstico, não tendo sido identificados, até o momento, impactos mensuráveis que demandem o reconhecimento de provisões, ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

b) Normas ainda não adotadas pelo BACEN

CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: Em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, correspondente ao CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (CPC 26). A norma estabelece requisitos revisados para a apresentação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de requisitos obrigatórios na demonstração do resultado, maior padronização na classificação de receitas e despesas, e aprimoramentos nos requisitos de divulgação.

O IFRS 18/CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, observada a necessidade de aprovação e referendo pelos órgãos reguladores competentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas de acordo com esta norma.

A Administração avaliou preliminarmente os potenciais impactos decorrentes da adoção do IFRS 18/CPC 51 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, considerando que a Companhia atua no setor de financeiro e é regulada pelo BACEN. Com base nessa avaliação, não são esperados impactos relevantes nos critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, uma vez que a norma trata essencialmente de aspectos de apresentação e divulgação. Eventuais impactos estarão limitados à forma de apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas, sujeitos a regulamentação específica aplicável ao setor.

A Companhia continuará acompanhando a evolução das orientações emitidas pelo IASB, pelo CPC e pelo BACEN, avaliando oportunamente os efeitos da adoção do IFRS 18/CPC 51, quando de sua incorporação ao arcabouço regulatório aplicável.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento contratadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substituído entre outras normas a Resolução nº 2.682, e a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082. A Resolução BCB nº 352/23 não teve impacto material na Companhia.

3.14. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos é uma disciplina transversal a todas as atividades da Companhia, com o objetivo de prevenir perdas, proteger valor e apoiar a tomada de decisões estratégicas. A mitigação dos riscos ocorre por meio de um arcabouço de gestão e governança, respaldado pelos Comitês de Riscos e Compliance e pelo Conselho de Administração. Desta forma, a gestão de riscos é uma responsabilidade institucional, que começa na alta liderança e se estende a todas as áreas da organização.

Quanto à gestão do risco de crédito, há um processo de análise de crédito do cliente e de prevenção a fraudes, tanto na etapa de compra da cota, quanto no processo de contemplação. Esses controles permitem assegurar a saúde financeira do grupo de consorciados e da administradora. Ainda, como estratégia adicional de mitigação de risco de crédito, há contratação de seguro de quebra de garantia, que garante que a arrecadação do grupo não será prejudicada em caso de inadimplência dos consorciados contemplados e com posse do bem. O controle e monitoramento com relação a inadimplência é contínuo e reportado bimestralmente aos executivos da Companhia. Em relação ao risco de concentração, há um limite definido para evitar exposições excessivas. Caso o valor solicitado ultrapasse esse limite, há um processo de comprovação da capacidade de pagamento do cliente.

Risco de Crédito

A análise de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamental para a gestão financeira, de risco e para a tomada de decisões estratégicas da instituição.

Na Demonstração Financeira de dezembro de 2025, a exposição ao risco de crédito foi estimada por meio de um modelo quantitativo, que calcula as perdas de crédito esperadas para cada produto de consórcio oferecido (Imobiliário, Veículos Leves e Pesados). Esse modelo visa demonstrar os impactos das perdas esperadas de crédito conforme a classificação por estágio de risco (ou categorias), permitindo uma avaliação mais precisa da qualidade da carteira de ativos. A segmentação por estágio apoia decisões estratégicas como revisão de políticas de crédito, renegociação de dívidas e adoção de medidas de mitigação de risco.

Classificação por Estágios de Risco

A classificação dos contratos por estágio de risco assegura uma mensuração consistente da perda esperada, assim como a correta constituição das perdas estimadas de crédito. Para esse fim, são considerados os seguintes estágios:

• **Estágio 1:** Ativos não problemáticos com parcelas em aberto, consecutivas ou não, com atraso de até 29 dias, caracterizando baixo risco de inadimplência e manutenção dentro dos limites operacionais e prudenciais estabelecidos.

• **Estágio 2:** Ativos com renegociação, prorrogação ou parcelas em atraso entre 30 e 89 dias, que sinalizam possível risco de crédito. Apesar de ainda não serem classificados como problemáticos, demandam maior atenção e a adoção de reconhecimento de perdas mais conservador.

• **Estágio 3:** Ativos considerados problemáticos, com no mínimo 90 dias em atraso e/ou tiveram alguma parcela paga pela seguradora e/ou entram nos critérios de *write-off*.

Considera-se como *write-off* a baixa definitiva do ativo financeiro, formalizando o encerramento do processo de perda diante da inexistência de expectativa razoável de recuperação. No modelo de negócio, a baixa é realizada apenas quando confirmados eventos que tornam a recuperação do crédito inviável.

Cálculo das Perdas Esperadas

As perdas esperadas são estimadas com base nos três principais parâmetros de risco de crédito: PD (Probability of Default); Probabilidade de inadimplência, calculada conforme o estágio do ativo. Para ativos no Estágio 3, adota-se o valor fixo de 100%, conforme diretrizes regulatórias.

• **ED (Exposure at Default):** Exposição de carteira no momento do cálculo da perda esperada (taxa de administração em aberto, multa ou juros).

• **LGD (Loss Given Default):** Percentual de perda em caso de inadimplência, baseado na recuperação histórica da seguradora nos contratos da Companhia. Vale destacar que a atuação da seguradora ocorre, em cotas já contempladas, com o bem entregue.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. O montante está integralmente alocado em Caixa e Equivalentes de Caixa, representados por depósitos bancários e fundos de investimento com liquidez diária (D+0). Esta alocação reflete a estratégia da Companhia de manter seus recursos próprios em ativos de alta liquidez e baixo risco, garantindo a preservação do valor nominal para o atendimento de obrigações imediatas e para

conformidade com os limites regulatórios. Dada a natureza desses ativos e a solidez das contrapartes, não há constituição de perda esperada para o período.

Em 31 de dezembro de 2025 (R\$ mil)		
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros	1.395	-
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota 5)	332.579	-
Total da exposição	333.974	-

a) Exposição por estágios das operações de crédito na visão Pessoa Física (PF) e Jurídica (PJ)

Pessoa Física			Pessoa Jurídica		
Valor contábil (R\$)			Valor contábil (R\$)		
Estágio 1	6.705	-	Estágio 1	10.013	-
Estágio 2	3.082	-	Estágio 2	9.127	-
Estágio 3	120.384	-	Estágio 3	226.656	-
<i>Write-off</i>			<i>Write-off</i>		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*continuação

b. Expectativa de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação de 31/12/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa Selic.

Ano de Realização	Tributos diferidos		Tributos diferidos		Outros Diferidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
2026	(32.774)	26%	(29.197)	31%	13.624	24%	(19.150)	28%
2027	(17.362)	14%	(14.219)	15%	11.147	20%	(6.215)	9%
2028	(22.219)	18%	(16.694)	18%	9.233	16%	(12.986)	19%
2029	(19.637)	16%	(13.535)	15%	8.163	14%	(11.474)	17%
2030	(17.897)	14%	(11.240)	12%	7.600	13%	(10.297)	15%
2031 até 2035	(15.303)	12%	(7.979)	9%	6.530	12%	(8.773)	13%
Total	(125.192)	100%	(92.864)	100%	56.297	100%	(68.895)	100%

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	31/12/2025				31/12/2024			
	Contri- buição Social	Impos- to de Renda	Outros Tributos	Total	Contri- buição Social	Impos- to de Renda	Outros Tributos	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	(23.765)	(66.696)	28.896	(61.565)	(13.370)	(37.241)	10.571	(40.040)
Constituições (realiza- ções) sobre diferenças temporárias								
Contingências civis	129	359	-	488	20	55	-	75
Outras provisões	(97)	(200)	-	(297)	1.810	4.535	-	6.345
Prejuízo fiscal e base negativa	(982)	(2.540)	-	(3.522)	(8.869)	(24.724)	-	(33.593)
Diferimento de receita - BCB 120	19.434	53.984	27.401	100.819	11.599	32.219	18.325	62.143
Diferimento de Comissão	(27.765)	(77.124)	-	(104.889)	(14.955)	(41.541)	-	(56.496)
Deprec. de Bens arrendados	209	580	-	788	-	-	-	-
Despesas e Juros bens arrendados	(190)	(528)	-	(718)	-	-	-	-
Saldo Atual dos Créditos Tributários	(33.027)	(92.165)	56.297	(68.896)	(23.765)	(66.697)	28.896	(61.566)

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas conforme o quadro a seguir e serão apropriadas ao resultado conforme regra definida sobre apropriação de despesas antecipadas na nota 3.10. O prazo médio estimado de diferimento em 31 de dezembro de 2025 é de 154 meses, em 31 de dezembro de 2024 era de 165 meses.

	31/12/2024		2025		2025		31/12/2025	
	Saldo inicial	Constituições	Amortizações/Cancelamentos	Saldo final	Saldo inicial	Constituições	Amortizações/Cancelamentos	Saldo final
Comissões	244.039	290.107	(149.996)	384.150	207.677	258.441	(129.504)	336.614
Comissão balcão	44.250	68.744	(29.298)	83.696	2.222	15.834	(13.486)	4.570
Outras (i)	49.442	-	-	49.442	448.746	-	-	448.746
Circulante	448.746	-	-	448.746	498.188	-	-	498.188
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	498.188	-	-	498.188	946.934	-	-	946.934

(i) Refere-se a licenças de softwares.

8. Ativo de arrendamento

A Companhia reconhece contratos de arrendamento conforme o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado pela Resolução BCB nº 178/22 e aplicável às Administradoras de Consórcio. Veja Nota 10.4 para a divulgação da obrigação.

Classe do ativo	31/12/2024		2025		2025		31/12/2025	
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Imóveis	-	9.233	(1.466)	7.767	-	522	(104)	418
Veículos	-	2.808	(749)	2.059	-	2.808	(2.319)	10.243
Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	12.041	(2.215)	9.826	-	2.808	(2.319)	10.243

9. Intangível

Demonstramos a seguir a composição e movimentação do intangível:

	31/12/2024		2025		2025		31/12/2025	
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Direito de uso (i)	203.125	-	(12.500)	190.625	203.125	-	(12.500)	190.625
Sistemas de computação	6.597	7.502	(1.365)	12.734	6.597	7.502	(1.365)	12.734
Sistemas de computação em desenvolvimento	2.956	5.771	-	8.727	2.956	5.771	-	8.727
Total	212.678	13.273	(14.225)	211.726	212.678	13.273	(14.225)	211.726

(i) Refere-se ao direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcio na rede de distribuição da CAIXA Econômica Federal, sendo sua amortização linear pelo prazo do contrato de direito de uso de 20 anos, conforme detalhamento na nota 3.5.

10. Outras obrigações - Administradora

10.1. Obrigações sociais e estatutárias

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2025	31/12/2024
Sociais e estatutárias	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	110.629	87.641
Gratificações e participações	9.980	6.315
Total dos outros créditos - diversos	119.609	93.956

10.2. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circu- lante	Não circulante	Circu- lante	Não circulante
Impostos retidos	5.516	5.516	4.620	4.620
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.182	15.182	14.936	14.936
Passivos diferidos (nota 6.2.1)	-	125.192	-	93.984
Total dos outros créditos - diversos	20.698	125.192	145.890	93.984

10.3. Outras obrigações - diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Diversas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.626	7.369
Passivo de arrendamentos (10.4)	10.452	-
Despesas de pessoal	4.391	7.279
Arrendamento de balcão	3.976	805
Comissões a pagar	5.390	1.018
Contingências civis (i)	1.781	346
Serviços de terceiros operacional	13.951	14.755
Honorários	586	256
Ressarcimento de custos a pagar (ii)	18.718	20.232
Rendas antecipadas diferidas (iii)	487.008	240.120
Outros valores	22	22
Total dos outros créditos - diversos	547.901	292.202

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem ações de natureza civil, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 10.182.

(ii) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela CAIXA Seguradora S.A. e CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios.

(iii) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviço quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

10.4. Passivo de arrendamentos

Saldo final em 31 de dezembro de 2024

	R\$ mil
Novos contratos	12.562
Juros apropriados	481
Pagamentos efetuados	(2.591)
Saldo final de 31 de dezembro de 2025	10.452
Circulante	2.110
Não circulante	8.342
Total do passivo	10.452

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 4.919 entre 1 e 5 anos e R\$ 7.643 com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado acumulado em 2025 foi de: Despesas de depreciação - R\$ 2.319 e Despesas financeiras - R\$ 2.591.

11. Patrimônio líquido - Administradora

11.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado foi de R\$ 186.867 e está dividido em 3.500.362, sendo 1.750.181 ações ordinárias e 1.750.181 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

11.2. Reservas

Com o objetivo de fornecer detalhes adicionais sobre as reservas apresentadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), esta nota está dividida em dois grandes grupos, capital e Lucros, em que a reserva de lucros é subdividida em: Reserva Legal, Retenção de Lucros e Dividendos Propostos (nota 10.3).

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 35.672 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 18.300).

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar a reserva legal e o dividendo proposto. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. Para o exercício de 2025 o saldo remanescente após a constituição de reservas e distribuição de dividendos foi retido visando dar andamento ao plano de negócios da Companhia, com destaque para suporte à estratégia de contemplação, e registrado como reserva de retenção até deliberação de sua destinação pela assembleia na reunião de Conselho de Administração. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 194.333 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 111.814).

iii. Reserva de capital é formada pela parcela de contribuição do subscritor, que não foi destinada ao capital da Companhia. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 250.000.

11.3. Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, cuja destinação da reserva legal. Visando dar andamento ao Plano de Negócios da Companhia, foi provisionado o montante de R\$ 110.629 conforme se segue. Conforme previsto ainda no estatuto da Companhia, esta pode:

- i) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais;
- ii) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Para tanto, foi proposto o montante de R\$ 247.558 referente a 75% do lucro líquido ajustado, para pagamento aos acionistas, o qual houve antecipação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 68.012 referente ao 1º trimestre de 2025, cuja aprovação ocorreu pela AGE de 11 de julho de 2025 e pago em 15 de julho de 2025 e R\$ 68.917 referente ao 2º trimestre de 2025, aprovado pela AGE de 08 de outubro de 2025 e pago em 10 de outubro de 2025. A seguir apresentamos a distribuição para o exercício de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	347.449	227.303
(-) Reserva legal	(17.372)	(11.365)
Base de cálculo de dividendos	330.076	215.938
Dividendos mínimos -75%	247.558	161.954
Antecipação de dividendos intermediários	(136.929)	(74.313)
Total provisionado de dividendos propostos	110.629	87.641

Em atendimento à solicitação dos acionistas que esperam receber 75% do lucro líquido ajustado do 4º trimestre 2025, os dividendos contabilizados em 31/12/2025 será complementado no valor de R\$17.003 que será deliberado em AGO e pago até 10 de abril de 2026.

12. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas da Companhia: suas controladoras diretas CNP Participações Ltda. e CAIXA Seguradora Participações S.A., CAIXA Econômica Federal - CAIXA, empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidos a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CAIXA Seguradora S.A. (i)	-	(18.135)	-	(19.649)
CNP Consórcio Administradora de Consórcios S.A. (i)	-	(583)	-	(583)
CAIXA Seguradora Corretagem e Administração de Seguros S.A. (iii)	1.314	-	1.960	-
CAIXA Econômica Federal (ii)	-	(9.367)	-	(1.823)

CAIXA Seguradora S.A. (i)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (v)
CAIXA Vida e Previdência S.A. (iv)
CAIXA Seguradora Corretagem e Administração de Seguros S.A. (iii)
Remuneração e benefícios de curto prazo (vi)

(i) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo e ou operacional entre empresas ligadas;
(ii) Disponibilidade financeira;
(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas e despesas decorrentes do uso do balcão;
(iv) Operações de seguros e contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
(v) Plano odontológico oferecido aos funcionários até 2024;
(vi) Refere-se ao pessoal-chave da administração.

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

13. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2025	31/12/2025	31/12/2024
Receita com fundos de investimento	25.122	43.700	25.677
Total	25.122	43.700	25.677

14. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração de consorciados:

	2º semestre de 2025	31/12/2025	31/12/2024
Taxa administração de consórcios	513.772	1.016.893	837.496
Taxa administração - Lances e antecipações	44.538	75.984	31.740
Total	558.310	1.092.877	869.236

15. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2025	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de pessoal	2025	2025	2024
Honorários (i)	(730)	(1.378)	(1.045)
Benefícios	(6.893)	(12.493)	(8.830)
Encargos sociais	(6.472)	(11.265)	(8.512)
Proventos	(12.171)	(24.728)	(23.892)
Despesas compartilhadas	(2.106)	(4.051)	(2.287)
Outras despesas de pessoal	(1.153)	(1.275)	(744)
Total	(29.525)	(55.190)	(45.310)

(i) Refere-se aos honorários pagos aos conselhos de administração, fiscal e de auditoria.

16. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2025	31/12/2025	31/12/2024
Outras despesas administrativas	2025	2025	2024
Serviços de terceiros	(27.511)	(44.898)	(29.187)
Operações de arrendamentos	(2.319)	(2.319)	-
Localização e funcionamento	(10.168)	(22.151)	(20.690)
Publicidade e propaganda	(5.946)	(6.993)	(3.382)
Serviços administrativos	(41)	(45)	(28)
Serviços do sistema financeiro	(10)	(19)	(20)
Publicações legais	-	(67)	-
Variação das despesas comercialização diferidas	161.825	308.495	166.162
Comissões	(180.834)	(358.852)	(255.6

★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da XS5 Administradora de Consórcios S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas na caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade de Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a evento ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive a divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC SP-246031/O-8

